



Acórdão 01420/2020-6 - 1ª Câmara

Processo: 02898/2020-6

Classificação: Prestação de Contas Anual de Ordenador

Exercício: 2019

UG: FRSP - Fundo Rotativo do Sistema Penitenciário

Relator: Sebastião Carlos Ranna de Macedo

Responsável: LUIZ CARLOS DE CARVALHO CRUZ

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – FUNDO
ROTATIVO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO –
EXERCÍCIO DE 2019 – CONTAS REGULARES –
QUITAÇÃO – DETERMINAR - ARQUIVAR.**

O EXMO. SR. CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO

I. RELATÓRIO

Cuidam os presentes autos de Prestação de Contas Anual do Fundo Rotativo do Sistema Penitenciário - FRSP, referente ao exercício de 2019, sob a responsabilidade do senhor Luiz Carlos de Carvalho Cruz.

O Núcleo de Contabilidade e Economia elaborou o **Relatório Técnico 276/2020** e a **Instrução Técnica Conclusiva 4374/2020**, opinando pela regularidade das contas, na forma do art. 84, inciso I da LC 621/2012.

No mesmo sentido opinou o Ministério Público de Contas, em manifestação da lavra do Excelentíssimo Procurador Heron Carlos Gomes de Oliveira (**Parecer do Ministério Público de Contas 3272/2020**).

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Compulsando acuradamente os autos, verifico que o feito se encontra devidamente instruído, portanto, apto a um julgamento, eis que observados todos os trâmites legais e regimentais.

Ratifico integralmente o posicionamento da área técnica e do Ministério Público Especial de Contas, para **tomar como razão de decidir a fundamentação exarada no Relatório Técnico 276/2020**, abaixo transcrita:

3. GESTÃO PÚBLICA

3.1 PONTOS DE CONTROLE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Por meio do Sistema CidadES, segundo os pontos de controle predefinidos, foi realizada a análise de consistência dos dados encaminhados pelo responsável e evidenciados no Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais, tal como demonstrado a seguir.

3.1.1 Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação aos restos a pagar não processados

Base Legal: arts. 85, 101, 102 e 103 da Lei 4.320/1964

Entende-se que o valor da inscrição de restos a pagar não processados (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa empenhada subtraído o total da despesa liquidada informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 1) Restos a Pagar não Processados

Balanço Financeiro (a)	2.096.251,05
Balanço Orçamentário (b)	2.096.251,05
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Processo TC 02898/2020-6 - Prestação de Contas Anual/2019

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

3.1.2 Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação aos restos a pagar processados

Base Legal: arts. 85, 101, 102 e 103 da Lei 4.320/1964

Entende-se que o valor da inscrição de restos a pagar processados (exercício atual), informada no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa liquidada subtraído o total da despesa paga informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 2) Restos a Pagar Processados

Balanço Financeiro (a)	223.010,46
Balanço Orçamentário (b)	223.010,46

Divergência (a-b)	0,00
--------------------------	-------------

Fonte: Processo TC 02898/2020-6 - Prestação de Contas Anual/2019

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

3.1.3 Análise de execução orçamentária na dotação Reserva de Contingência informada no Balanço Orçamentário

Base Legal: art. 5º, Inciso III, da Lei Complementar 101/2000; art. 5º da Portaria MOG 42/1999; art. 8º da Portaria STN/SOF 163/2001

Verificou-se, com base nas informações do Balanço Orçamentário e do Balancete de Execução Orçamentária da Despesa, se houve execução de despesa orçamentária na dotação “Reserva de Contingência”:

Tabela 3) Execução de despesa na dotação Reserva de Contingência

Balanço Orçamentário:	
Despesas Empenhadas	0,00
Despesas Liquidada	0,00
Despesas Paga	0,00

Fonte: Processo TC 02898/2020-6 - Prestação de Contas Anual/2019 – “BALEXOD_E”, “BALORC”

Pelo exposto, verifica-se a ausência de execução orçamentária na dotação da Reserva de Contingência.

3.1.4 Análise de execução orçamentária na dotação Reserva do RPPS informada no Balancete da Execução Orçamentária da Despesa

Base Legal: art. 8º da Portaria STN/SOF 163/2001

Verificou-se, com base nas informações do Balanço Orçamentário e do Balancete de Execução Orçamentária da Despesa, se houve execução de despesa orçamentária na dotação “Reserva do RPPS”:

Tabela 4) Execução de despesa na dotação Reserva do RPPS

Despesas Empenhadas	0,00
Despesas Liquidada	0,00
Despesas Paga	0,00

Fonte: Processo TC 02898/2020-6 - Prestação de Contas Anual/2019 – “BALEXOD_E”, “BALORC”.

Pelo exposto, verifica-se a ausência de execução orçamentária na dotação da Reserva do RPPS.

3.1.5 Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à receita orçamentária

Base Legal: artigos 85, 101, 102 e 103 da Lei 4.320/1964

Entende-se que o total da receita orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da receita orçamentária informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 5) Total da Receita Orçamentária

Balanço Financeiro (a)	20.968.091,90
------------------------	---------------

Balanco Orçamentário (b)	20.968.091,90
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Processo TC 02898/2020-6 - Prestação de Contas Anual/2019

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

3.1.6 Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à despesa orçamentária

Base Legal: artigos 85, 101, 102 e 103 da Lei 4.320/1964

Entende-se que o total da despesa orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa orçamentária informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 6) Total da Despesa Orçamentária

Balanço Financeiro (a)	20.389.157,67
Balanço Orçamentário (b)	20.389.157,67
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Processo TC 02898/2020-6 - Prestação de Contas Anual/2019

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

3.1.7 Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior da conta Caixa e Equivalentes de Caixa

Base Legal: artigos 85, 101, 103 e 105 da Lei 4.320/1964

Entende-se que o saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício anterior) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício anterior), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 7) Conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício anterior)

Balanço Financeiro (a)	15.049.910,85
Balanço Patrimonial (b)	15.049.910,85
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Processo TC 02898/2020-6 - Prestação de Contas Anual/2019

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

3.1.8 Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício atual da conta Caixa e Equivalentes de Caixa

Base Legal: artigos 85, 101, 103 e 105 da Lei 4.320/1964

Entende-se que o saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício atual), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 8) Conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício atual)

Balanço Financeiro (a)	10.377.934,67
Balanço Patrimonial (b)	10.377.934,67
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Processo TC 02898/2020-6 - Prestação de Contas Anual/2019

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

3.1.9 Análise entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial em relação ao resultado patrimonial

Base Legal: artigos 85, 101, 104 e 105 da Lei 4.320/1964

Entende-se que o resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) deve ser igual ao resultado do exercício no patrimônio líquido do Balanço Patrimonial, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 9) Resultado Patrimonial

Exercício atual	
DVP (a)	1.806.050,38
Balanço Patrimonial (b)	1.806.050,38
Divergência (a-b)	0,00
Exercício anterior	
DVP (a)	-551.857,69
Balanço Patrimonial (b)	-551.857,69
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Processo TC 02898/2020-6 - Prestação de Contas Anual/2019

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

3.1.10 Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores

Base Legal: artigos 85, 86 e 88 da Lei 4.320/1964

Entende-se que os saldos devedores devem ser iguais aos saldos credores, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 10) Comparativo dos saldos devedores e credores

Saldos Devedores (a) = I + II	38.325.029,85
Ativo (BALPAT) – I	18.724.125,55
Variações Patrimoniais Diminutivas (DEMVAP) - II	19.600.904,30
Saldos Credores (b) = III – IV + V	38.325.029,85
Passivo Total = Passivo Exigível + Patrimônio Líquido (BALPAT) – III	18.724.125,55
Resultado Exercício (BALPAT) – IV	1.806.050,38
Variações Patrimoniais Aumentativas (DEMVAP) - V	21.406.954,68
Divergência (c) = (a) - (b)	0,00

Fonte: Processo TC 02898/2020-6 - Prestação de Contas Anual/2019

Pelo exposto, verifica-se observância ao método das partidas dobradas.

3.1.11 Análise da despesa executada em relação à dotação atualizada

Base Legal: artigos 85, 90, 91, 102 da Lei 4.320/1964

Entende-se que o valor da despesa executada no Balanço Orçamentário deve ser menor ou igual à dotação orçamentária atualizada, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 11) Execução da Despesa Orçamentária

Despesa Empenhada (a)	20.389.157,67
Dotação Atualizada (b)	23.851.000,00
Execução da despesa em relação à dotação (a-b)	-3.461.842,33

Fonte: Processo TC 02898/2020-6 - Prestação de Contas Anual/2019 - BALORC

Pelo exposto, verifica-se que não houve execução orçamentária da despesa em valores superiores à dotação atualizada.

3.2 ANÁLISE DO RELATÓRIO E DO PARECER DO CONTROLE INTERNO

Ao analisar o Relatório e o Parecer Conclusivo do Controle Interno, exigidos no §2º do art. 82 da Lei Complementar Estadual 621/2012, no §4º do art. 135 do Regimento Interno do TCEES e na IN 43/2017, conclui-se que o Controle Interno entendeu como regulares, mas fez algumas ressalvas.

PARECER DO CONTROLE INTERNO

Esta Unidade de Controle Interno contou com o apoio do atual Sr. Secretário de Justiça durante todo o exercício de 2019, destacando-se, a nosso ver, a disponibilidade para dedicação exclusiva desta UECI às atividades de controle. Desta feita, o princípio da segregação de funções nesta Unidade e realidade que vigora desde o início de 2019, permanecendo ao presente momento.

Procurou-se abordar tanto os pontos prioritários, quanto os complementares passíveis de análise para esta UG em foco. Nesta esteira, em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados e elencados neste relatório, a referida prestação de contas encontra-se em condição de ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado para análise e julgamento, devendo ser observado as inadequações ou inconsistências descritas nas ressalvas a seguir que podem influenciar ou exigir análises complementares por parte do órgão julgador.

PONTO DE CONTROLE	RESSALVA
1.5.1 - Documentos Integrantes da PCA	Não recebimento tempestivo de 09 (nove) PCA documentos para aferição do ponto de controle
1.5.2 — Segregação de Funções	Um mesmo servidor foi responsável pela realização das etapas de execução, controle e contabilização (reserva orçamentária, empenho, liquidação e programação de desembolso).

4. MONITORAMENTO

Em consulta ao sistema de monitoramento deste TCEES foram constatadas ações pertinentes ao exercício em análise, conforme tabela a seguir:

Tabela 12) Ações de Monitoramento

Deliberação	Processo		Providência		
	Código	Classificação	Descrição	Prazo	Valor
01764/2018-5	04972/2016-1	Prestação de Contas Anual de	Verificar nas contas de 2019 a serem apresentadas em 2020 se as	31/12/2020	0,00

	Ordenador	determinações/recomendações abaixo foram atendidas (transito em julgado se deu em 14 de maio de 2019): 1.2 RECOMENDARao atual gestor que: 1.2.1 adote as medidas administrativas necessárias à implantação da unidade executora de controle interno, nos moldes previstos no art. 3º, IX, da Lei Complementar n.º 856/2017, compatível com a sua estrutura organizacional e com o volume de atividades a serem controladas, no prazo estipulado no artigo 1º do Decreto n.º 4131-R/2017; 1.2.2 encaminhe, nas futuras prestações de contas, parecer conclusivo acerca das contas anuais da unidade gestora, em atendimento ao disposto no artigo 82 da Lei Complementar n.º 621/2012	
--	-----------	---	--

Fonte: Sistema E-TCEES

Os objetos de monitoramento, listados conforme itens 1.2.1 e 1.2.2 do acórdão 1764/2018, processo TC 4972/106, foram monitorados nesta prestação de contas e verificado que as determinações foram cumpridas.

5. CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

A Prestação de Contas Anual, ora avaliada, refletiu a atuação dos gestores responsáveis, no exercício das funções administrativas no FUNDO ROTATIVO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO.

Respeitado o escopo delimitado pela Resolução TC 297/2016, a análise consignada neste Relatório Técnico teve por base as informações apresentadas nas peças e demonstrativos contábeis encaminhados pelo responsável, nos termos da Instrução Normativa TC 43/2017.

Sob o aspecto técnico-contábil, opina-se pelo julgamento regular da prestação de contas dos Srs. **Luiz Carlos de Carvalho Cruz** e **Wallace Tarcísio Pontes**, no exercício de 2019, na forma do artigo 84 da Lei Complementar Estadual 621/2012.

Acrescenta-se, com base no art. 329, §7º, da IN TC 261/2013, que seja determinado ao atual gestor, para que em futuras prestações de contas, atente para o princípio da segregação de função na realização das despesas, em observância a ressalva do Controle interno no item 1.5.2 (Arquivo reluci).

Assim, ante todo o exposto, obedecidos todos os trâmites processuais e legais, **subscrevendo em todos os termos o entendimento técnico e do Ministério Público de Contas, VOTO** no sentido de que o Colegiado aprove a seguinte proposta de deliberação que submeto à sua consideração.

SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO

Relator

1. ACÓRDÃO TC-1420/2020 – 1ª CÂMARA

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em Sessão da **Primeira Câmara**, ante as razões expostas pelo Relator, em:

1.1. JULGAR REGULARES as contas do senhor **Luiz Carlos de Carvalho Cruz** frente ao **Fundo Rotativo do Sistema Penitenciário - FRSP**, no exercício de **2019**, na forma do inciso I, do artigo 84 da Lei Complementar 621/2012;

1.2. DAR PLENA QUITAÇÃO ao responsável, nos termos do artigo 85 da Lei Complementar 621/2012;

1.3. DETERMINAR ao atual gestor para que em futuras prestações de contas atente para o princípio da segregação de função na realização das despesas, em observância a ressalva do Controle interno no item 1.5.2 (Arquivo reluci), nos termos no art. 329, §7º, da IN TC 261/2013;

1.4. JULGAR extinto o processo, nos termos do inciso V do art. 330 do Regimento Interno (Resolução TC 261/2013), ficando autorizado o **arquivamento** dos presentes autos, depois de esgotados os prazos processuais.

2. Unânime

3. Data da Sessão: 20/11/2020 – 44ª Sessão Ordinária da 1ª Câmara.

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Sérgio Aboudib Ferreira Pinto (presidente), Sebastião Carlos Ranna de Macedo (relator) e Rodrigo Coelho do Carmo.

CONSELHEIRO SERGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

Presidente

CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO

Relator

CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO

Fui presente:

PROCURADOR DE CONTAS HERON CARLOS GOMES DE OLIVEIRA

Em substituição ao procurador-geral

VANESSA DE OLIVEIRA RIBEIRO

Subsecretária das Sessões em substituição